



Património e Arqueologia Angolana como potenciais aliados de uma atividade turística nacional residual

Ziva Domingos* e Bumba de Castro**

p. 71-82

Introdução

Considerando o desempenho da arqueologia no estudo das práticas sociais do passado e da reconstituição da história das comunidades, decidimos fazer uma abordagem sobre a contribuição desta no melhor entendimento das sociedades africanas, cuja historiografia tem sido muitas vezes deturpada ou, simplesmente, ignorada e no desenvolvimento socioeconómico de Angola, através do turismo cultural. Enquanto berço da humanidade, o continente africano constitui-se numa fonte singular para o desenvolvimento da arqueologia. Contudo, em sentido contrário, África necessita de encontros permanentes com o seu passado devido à existência de trajetórias descontínuas e vazios temporais que precisam ser esclarecidos com a ajuda de ciências como a arqueologia.

Angola, sendo um dos países africanos que mais foi afectado com o comércio de escravos transatlântico, devido à sua localização geográfica, viu igualmente a sua história interrompida de forma brusca. As pesquisas e descobertas arqueológicas que têm sido realizadas em diferentes partes do país, consubstanciadas em estações de arte rupestres em quantidade e diversidade assinaláveis e em artefactos arqueológicos que remontam do mesolítico e paleolítico antigo, permitem introduzir elementos no seu passado e conquistar novas abrangências para redefinir a origem e o percurso da sua historiografia. Por esta razão, temos assistido a iniciativas diversas das autoridades angolanas no sentido de valorizar e conservar o seu património cultural, sendo a candidatura da cidade de M'Banza Kongo a património mundial a situação mais evidente.

Por outro lado, os esforços empreendidos para a salvaguarda e valorização do património cultural e a sua vertente arqueológica têm no turismo um importante aliado, que deverá contribuir igualmente para a educação patrimonial dos cidadãos e dos visitantes, assim como para a melhor interpretação e leitura do passado. Não obstante a situação residual do turismo angolano no contexto da África Austral, os objectivos traçados para o sector até 2020 obrigam à concepção de produtos turísticos diferenciados que tragam valor às comunidades. O arqueoturismo é, naturalmente, um desses produtos, visto que, ao necessitar de testemunhos, tais como os artefactos arqueológicos existentes para a formatação de roteiros e configuração de produtos competitivos no mercado de consumo, tenderá a valorizar e a divulgar cada vez mais o país.

* Doutorado em Antropologia, Etnografia e Pré-História. Director Nacional de Museus de Angola. Professor da Universidade Agostinho (Angola).

** Doutorando em Turismo, Lazer e Cultura pela Universidade de Coimbra.

Nessa perspetiva, trazemos, num primeiro momento, como reflexão neste artigo a contribuição da arqueologia enquanto ciência reveladora das verdades do passado e, consequentemente, enriquecedora do património cultural. De igual modo, procurámos apresentar de forma resumida a situação da arqueologia africana e as principais descobertas arqueológicas que vão acontecendo em Angola nos últimos anos e, finalmente, na última parte do artigo, fizemos uma curta abordagem sobre o arqueoturismo, enquanto produto turístico e potencial para a conservação, divulgação e valorização económica do património cultural.

1. A Arqueologia: ciência reveladora das “verdades” do passado e enriquecedora do património

Ao fazermos uma análise dos trabalhos dos diferentes autores, constatamos que a arqueologia transmite conhecimentos e saberes convertíveis em património e suscetíveis de ajudar a romper paradigmas perpetuados no tempo, contribuindo de forma significativa na redefinição de “verdades” antes estabelecidas e no preenchimento de trajectórias descontínuas do tempo e do espaço. Por vezes semelhante à solução de um *puzzle*, é uma ciência que permite dar sentido ao presente por um lado, mas por outro lado, acaba por apresentar constantes e permanentes desafios para percursos posteriores.

Enquanto ciência social, a arqueologia toma como objeto de investigação a cultura material produzida pelos indivíduos num espaço e período de tempo determinados, no sentido de revelar a complexa estrutura das relações sociais e possibilitar a compreensão das transformações pelas quais passam as sociedades ao longo do tempo (Carvalho, 2010). Ao estudar os processos sociais através dos restos materiais, a arqueologia apresenta-se como um veículo privilegiado de transmissão de conhecimentos que possibilita a análise social das sociedades desaparecidas ou das pré-históricas (Leira *et alia*, 2014).

Na visão de Jorge (1990), a arqueologia completa a história que é feita através dos documentos escritos, nomeadamente onde estes costumam ser mais omissos, ou transmitidos oralmente, sobretudo, no que concerne à história local, cujos feitos não foram dignos de figurar nos anais que o passado legou. Essa situação é particularmente interessante no contexto africano, onde as fontes orais são veículos determinantes para a compreensão da sua historiografia. Conforme sugere Lane (2011), o desenvolvimento da arqueologia, ao interligar o passado com as tradições orais e históricas, é visto como um importante caminho para desconstruir o discurso colonial de que o continente africano não tinha história antes da chegada dos europeus. O autor vai mais além ao defender que é uma ciência que se afigura como um dos meios mais efetivos de pesquisa do passado não escrito, tendo por isso o potencial de desafiar o discurso colonial de que faz parte, podendo mesmo funcionar como uma prática anticolonial.

Um dos períodos mais marcantes da história da humanidade, pela desumanidade e indigência produzida, é sem dúvida o do comércio de escravos transatlântico, intensificado nos séculos XVI, XVII e XVIII da nossa era. Parte esmagadora dos testemunhos existentes nos nossos dias sobre esta prática humana ultrajante foi apresentada ao longo desses séculos, e igualmente nos séculos XIX e XX, pelos diferentes actores e autores do poder dominante, numa perspetiva eurocêntrica. A análise deste fenómeno, ao socorrer-se da arqueologia, estudando os costumes e os sistemas sociais estabelecidos pelos escravos deportados, sobretudo nas Américas, tem permitido apreender saberes através de práticas culturais tangíveis e imateriais de resistência e sobrevivência, cujos sinais são observáveis hoje, na dança e na música, na gastronomia e nos artefactos, na língua e na forma de culto. Manifestações culturais que se “cosmopolizam” cada vez mais com a actividade turística.

Neste sentido, tendo como fonte principal a cultura material, a arqueologia constitui uma via de acesso à história e à cultura dos grupos escravos, que serve simultaneamente de alternativa e complemento dos estudos escritos (Symanski *et alia*, 2012). Na visão destes autores, os vestígios materializados das práticas quotidianas dos escravos, muitas vezes mantidas ocultas pelos segmentos dominantes, apresentam um enorme potencial no fornecimento de informação sobre os padrões de vida material, economia, dinâmica social, cosmologias, religiosidade, construção e reconstrução de identidades. Além disso, considera-se que os artefactos produzidos pelos escravos podem ter um papel ativo na reconfiguração das identidades desses grupos, pois que permitem a reprodução de estilos que, em muitos casos, se associam facilmente aos estilos típicos das sociedades de origem.

Como a finalidade da arqueologia é perceber a intenção com que, no passado, alguém concebeu determinado material, assumindo um mínimo de elementos de continuidade para que o fio de inteligibilidade se estabeleça entre esse passado e nós, podemos afirmar que da leitura do material encontrado se recuperam intenções e se identifica a dinâmica das ações individuais e colectivas que está para além da estática do material (Jorge, 1990). Portanto, trata-se de ideias materializadas, no espaço, em estruturas e objetos, levando a que as diferentes gerações acumulassem ensinamentos de culturas construtivas, manuseando os recursos naturais para erguer edifícios que contribuíram para elevar a qualidade de vida das sociedades actuais (Guerrero *et alia*., 2012).

Os edifícios históricos aportam também elementos materiais importantes para a arqueologia e para um melhor entendimento do passado. Conforme atesta Zoreda (2009), o edifício histórico permite conhecer e, sobretudo, comunicar de modo mais afetivo que qualquer outro documento com as culturas que dão forma ao passado, pelo que a leitura de um imóvel informa a sociedade sobre as suas formas de vida, organização familiar, formas de relação social, ideologia de diversas culturas que o tenham habitado. O bem cultural tem um valor social como documento que nos vincula ao nosso passado, simbólica, física, emotiva e intelectualmente, permitindo-nos reflectir sobre nós mesmos e projetar no futuro a nossa visão de sociedade.

Para Carvalho (2010), a arqueologia permite compreender formas de organização do *corpus* social, práticas económicas e culturais, significados atribuídos aos artefactos ao longo dos processos sociais. Desempenha, por isso, uma importante função social nos projetos de restauração de prédios e edificações históricas, bem como na revitalização das cidades, vilas e povoados, identificando e divulgando aspectos da memória étnica e cultural dos povos que ali se estabeleceram e que contribuíram para a configuração de um espaço singular.

Em suma, a arqueologia, pela sua capacidade de contribuição imparcial e de reorganização dos discursos sobre o passado, assim como pela contribuição na redistribuição do protagonismo e restituição dos atores legítimos de construção da história, constitui-se, naturalmente, num valioso instrumento de reforço da identidade das coletividades e de exercício da alteridade. O conhecimento, o respeito e a consideração pelos feitos alheios que, em última análise, nos dá a percepção da contribuição na edificação da paisagem cultural da humanidade, representam um estímulo significativo para a compreensão mútua, convivência na diferença e para a paz entre os povos. Portanto, concluímos expressando a nossa total concordância com o enunciado abaixo:

“(...) the archaeological heritage and the knowledge produced through its study may be the key component in the process of socio-cultural and economic development for communities, representing also the starting point for intercultural and inter-religious peaceful relationships” (Carbone et alia, 2013, p. 286).

2. A situação africana e as principais descobertas arqueológicas em Angola

Uma vez analisado o substrato da episteme arqueológica que nos levou a compreender melhor o seu lado emancipador, convém, pensamos nós, observá-la numa perspectiva de produção objetiva de resultados, sobretudo no contexto africano, envolvido ainda numa multiplicidade de constrangimentos criados no período colonial e que, paradoxalmente, foram agravadas no período pós-colonização, tanto pelas estratégias de continuação da subjugação política e económica arquitetadas pelas classes dominantes como pela imaturidade, oportunismo e défice de valores culturais dos líderes africanos.

Como afirma Lane (2011), a produção do conhecimento arqueológico africano não pode ser encarado apenas como mera descrição do passado, mas como uma direcção sobre os problemas e desafios das comunidades e governos africanos actuais. A relevância do diagnóstico sobre a arqueologia [em cada uma das nações do continente] deve assentar numa tomada de consciência sobre o significado do passado onde ela, como vimos anteriormente, se apresenta como o meio de o definir cientificamente (Morais, 1984), isto é, de o apresentar com verdade, com discurso sustentável e coerente e, acima de tudo, com a percepção da sua contribuição para a contínua construção da humanidade.

Lane (2011) sustenta que a arqueologia da África Subsariana e a sua manifestação pública através dos museus emergiu de um contexto de regras europeias, e este legado do colonialismo continua a ganhar forma nas práticas arqueológicas que atravessam o continente. As regras coloniais continuam a definir os aspectos da arqueologia moderna, desde a sua interpretação ao peso que é dado aos diferentes eventos, processos, possibilidades de pesquisas, etc., que frequentemente se apresentam em conflito com as necessidades da história africana.

Sendo o berço da humanidade e, conseqüentemente, o espaço onde se encontram os traços mais antigos de ocupação e produções humanas (Domingos, 2012), o continente africano representa a principal fonte de pesquisa para o encontro do homem com o seu passado mais recôndito, na busca de mais subsídios que possam sustentar a origem da sua existência, o mecanismo da sua trajetória de sobrevivência e as vicissitudes do seu percurso pela procura de *habitats* seguros. Pois bem, posto isto, impõe-se que sejam colocadas as seguintes questões: será que este legado histórico do continente é apreendido na sua verdadeira dimensão pelos africanos? Ou, conforme se interroga Lane (2011), o africano tem consciência da importância do encontro com a sua história? Serão os apoios governamentais significativos para a investigação em sítios arqueológicos com vista a redescobrir o passado que o sistema colonial ocultou? De que forma o turismo tem ajudado a valorizar o património arqueológico no continente?

As interrogações expostas, longe de dirigirem o curso da nossa abordagem, pretendem chamar à reflexão para estudos posteriores que visem impulsionar pesquisas arqueológicas em África com o protagonismo de africanos e africanistas, com vista a assegurar a contínua revitalização dos territórios do continente e reforço da sua autoestima. Como temos vindo a frisar, a atividade turística, pelas suas particularidades intrínsecas de busca da diferenciação, do exótico e do inédito, deverá ser uma aliada privilegiada da preservação, valorização e divulgação do património arqueológico africano, orientando os mercados para produtos alternativos aos exaustivos produtos da fauna selvagem, evidenciadas nos parques e reservas naturais da África oriental e austral que, no entanto, carecem de sinais visíveis de territorialização das mais-valias no local.

Angola, cuja história actual repousa praticamente nos factos identificados no segundo milénio da nossa era, tem alargado de forma significativa a sua historicidade e redimensionados vestígios arqueológicos no seu espaço geográfico, com trabalhos sistemáticos

de investigadores nacionais e estrangeiros. Citemos por exemplo o caso do antropólogo e etnólogo francês, Manuel Gutierrez, professor e investigador na Universidade de Paris 1, *Panthéon Sorbonne*. Gutierrez (2009) sustenta no seu trabalho sobre a arte rupestre em Angola que os vestígios arqueológicos na província do Namibe são numerosos, de natureza e idade diversa. Para além das estações de arte rupestre, conhecem-se numerosos locais com material lítico que se estendem do paleolítico antigo até aos períodos recentes.

Gutierrez defende também, socorrendo -se do trabalho de outros autores e de pesquisas no terreno, que estão catalogados mais de 40 locais de arte rupestre em Angola, distribuídos do rio Zaire, ao norte, até ao rio Cunene, ao sul, e da fronteira Este até ao Oceano Atlântico, havendo no entanto, ao longo do território, limites de prospeção arqueológica que tornam parcial o conhecimento actual destes vestígios (Gutierrez, 2009). Por sua vez, Campos (2013) argumenta que, apesar de difícil detecção, se conhecem alguns achados de artefactos líticos no sudoeste de Angola, desde jazidas mais a norte da província do Namibe, grutas da Leba na zona da Huíla e para além do Cunene, materiais que se distinguem desde as eras mais recuadas (olduvaiense¹) até à LSA² (mesolítico regional) e à passagem para a Idade do Ferro africana (chegada dos bantus e, posteriormente, dos europeus).

Por outro lado, pesquisas arqueológicas na Baía-Farta (Benguela) fazem referência à existência de peças líticas na região, descobertas desde os anos 1950 a partir da publicação de geólogos do serviço de minas de Angola. O conjunto das escavações arqueológicas descobertas até hoje é conhecido como o complexo arqueológico do Dungo, do nome do rio temporário que passa entre as duas falésias do local. A existência de restos ósseos em qualidades importantes – uma baleia enclhada objecto de rapinagem nos bordos do paleolago – e a presença de fauna marinha no mesmo nível dos restos ósseos permitiu efectuar uma datação à volta dos 350 000

anos. Isto significa tão-somente que nesta região de Angola já havia ocupação humana neste período, visto que junto ao esqueleto de baleia foi encontrado material lítico, sobretudo em quartzo, atestando a presença de humanos (Gutierrez, 2015).

Na sequência do estudo etno-arqueológico desenvolvido no concheiro deste local (Benfica I – Cabo Lombo) foram analisados materiais recolhidos, como carvão e ferro, que estarão a ser datados para se ter a percepção da cronologia do concheiro (Domingos, 2015).

Com os relatos apresentados estamos, obviamente, diante de elementos materiais que remetem à génese das ocupações humanas no território angolano actual para um par de milhões de anos atrás, tornando cada vez mais enriquecedor o património arqueológico angolano. Assim, conforme defende Jorge (1990), pelo facto de ser uma forma própria de fazer história e de perspetivar a realidade humana, a arqueologia [particularmente a de Angola] deve tomar uma posição importante e de destaque no jogo político dos saberes, no âmbito das ciências sociais.



Figura 001 – Foto do sítio arqueológico do Dungo IV (Manuel Gutierrez, 2014).

¹ É o termo usado em arqueologia para se referir às primeiras indústrias líticas dos hominídeos durante o período Paleolítico Inferior em África (período mais antigo da pré-história do homem). A denominação faz referência ao sítio arqueológico mais importante de tais indústrias: a Garganta de Olduvai, na Tanzânia (<http://pt.wikipedia.org/wiki/>).

² Later Stone Age: Idade da Pedra Tardia. Época em que as ferramentas de pedra eram elaboradas com mais complexidade. Os arqueólogos estimam que terá iniciado há 50.000 anos.

Todavia, o grande problema das realidades africanas tem sido a falta de aplicabilidade da legislação criada para regular as atividades dos diferentes setores na gestão do património cultural, limitando dessa forma a efetividade dos objetivos preconizados. Imalwa (2012), citando Said (1999), considera quatro situações que estão na origem da ineficácia da legislação produzida sobre o património cultural nos países da África austral:

- i) Excessiva centralização do sistema herdado do regime colonial;
- ii) Fraca coordenação entre as diferentes instituições ligadas ao património cultural;
- iii) Não envolvimento da comunidade local;
- iv) Ausência de planeamento estratégico no campo do património cultural.



Figura 002 – Foto do Aeroporto internacional de Luanda (Google, 2015).



Figura 003 – Foto da Barragem de Laúca (Google, 2015).

A gestão dos sítios arqueológicos, sua normalização, produção e implementação de instrumentos legais é um desafio que se apresenta aos africanos, com vista a um maior aproveitamento dos recursos. Arazi (2011) considera que a real ameaça dos recursos arqueológicos do continente africano está no corrente *boom* das infraestruturas, tendo em conta o estágio actual de precariedade socioeconómica e a urgência dos países se desenvolverem. Pensamos que Angola se enquadra perfeitamente neste alerta, porquanto tem experimentado um crescimento assinalável no sector da construção civil, com investimentos a nível de barragens hidroeléctricas, aeroportos, portos, caminhos-de-ferro, telecomunicações, etc. Porém, a nosso ver, tem-se observado uma preocupação crescente de conservação e valorização do património cultural do país pelo Executivo angolano, através do Ministério da Cultura. A lei 14/05 de 07 de Outubro do património cultural angolano, Diário da República n.º 120/05, I série, reserva o número 1 e 2 do artigo 36.º à proteção de reservas arqueológicas:

1. Em qualquer lugar onde se presuma a existência de monumentos, conjuntos ou sítios arqueológicos pode ser estabelecida com carácter preventivo e temporário, pelo Ministério de Tutela uma reserva arqueológica de proteção, de forma a garantir-se a execução de trabalhos de emergência, com vista a determinar o seu interesse.
2. Com a finalidade de se proteger a eventual riqueza arqueológica do subsolo das áreas urbanas, o Ministério de tutela deve promover a publicação de legislação cautelar específica que contemple as diversas situações.

Na mesma senda desta sensibilidade das autoridades angolanas, a política cultural angolana faz uma menção clara sobre a importância da preservação e valorização do património arqueológico, conforme sublinha Domingos (2013, p. 262):

“A política cultural de Angola aprovada em janeiro de 2011 pelo Executivo, reconhece que o património cultural e natural (incluindo o património arqueológico) representam um dos pilares de desenvolvimento sociocultural e económico de Angola. Por conseguinte, este património merece ser preservado e valorizado a todo o custo.”

Uma das melhores formas de preservar e valorizar este rico património é classifica-lo, não somente como património cultural e natural nacional, mas também como património da humanidade, de acordo com o seu valor universal excepcional, a fim de ser partilhado pelos povos do mundo inteiro”.

Foi nesta perspetiva que o Instituto do Património Cultural elaborou e apresentou o projeto de candidatura da cidade histórica de M’banza Kongo, antiga capital do reino do Kongo, a Património Mundial da Unesco, estando neste momento a ser objeto de avaliação neste organismo das Nações Unidas. É pretensão de Angola inscrever também, num futuro próximo, a paisagem cultural do Corredor do Kwanza³ e a estação de arte rupestre de Tchitundu-Hulu da província do Namibe, referenciada anteriormente.

Não se trata de uma patrimonialização despótica e tirana como a dos centros antigos de diversas cidades ocidentais, conforme se insurgiu Corrêa (2009), ao questionar o investimento sistemático no passado e no património, numa época de aceleradas transformações socioeconómicas, impelindo, na sua apreciação, as comunidades a processos forçados de enquadramento patrimonial das suas memórias e de mercantilização do seu passado.

Pensamos que todas as descobertas arqueológicas conseguidas no território angolano representam uma riqueza cultural importante para o país que, na visão de Costa (2012), fornece uma possibilidade ao homem [angolano] de pensar à margem dos imperativos estabelecidos, de conferir ao mundo uma lógica e uma finalidade iminentes, de construir um modelo de mundo e de vida satisfatória, concreta e harmoniosa, no quadro do qual possa resolver as suas finalidades terrenas de realização de felicidade e de perfeição secularizada. Portanto, Angola deve encarar esse processo de conhecimento arqueológico como uma luta constante pelo alcance de abrangências mais poderosas, buscando um nível de abstracção maior, totalidades mais amplas, um meta-discurso totalizante (Jorge, 1990), onde a atividade turística tem, naturalmente, o seu espaço.

3. Arqueoturismo: um potencial para a conservação, divulgação e valorização económica do património cultural

Se, por um lado, as deslocações por motivações culturais ou religiosas contribuíram bastante para desenvolver o turismo actual, *“we verified that there was an ancestral alliance between cultural heritage and tourism, based on the traditional motivation of travel: knowledge and self-knowledge [...]”* (Carbone *et alia*, 2013, p. 287), por outro, revelar o passado útil considerando o modelo epistemológico indígena implicado num conjunto de conhecimentos contextualizados, em contraste com os saberes generalizados do Ocidente (Lane, 2011), representa um atractivo potencial para captar segmentos de mercado diferenciados, que vêem nas viagens uma forma agradável de aprendizagem.

A ideia das relações de autenticidade que subjaz à operacionalização do turismo ligado ao património cultural encaixa perfeitamente, como diria Encarnação (1995), com a maneira como a arqueologia compreende a cultura material, estando alinhada com o fundamento da natureza humana, que é o conhecimento das suas raízes, a sua perspectiva perante os outros, a dinâmica do seu existir. Nesta perspetiva, o arqueoturismo singulariza-se, especialmente, ao ajudar a oferecer uma experiência mais completa e satisfatória ao visitante,

³ É um percurso navegável de 258 km do rio Kwanza e zonas adjacentes, que se estende do Dondo à foz do rio, a sul de Luanda. Ao longo do corredor existe um vasto conjunto de riquezas patrimoniais, naturais e culturais, e foi sempre uma zona de activo comércio no tempo colonial e pré-colonial. Por esta razão, foi a principal via de comunicação utilizada pelo regime colonial português para comercializar escravos e ocupar os territórios do interior de Angola.

ao tratar de aspectos sobre as origens do território de visita, assim como em se diferenciar e posicionar melhor no mercado turístico, contribuindo para o desenvolvimento local (Leira *et alia*, 2014).

Para Domingos (2012) cada sítio arqueológico possui informações essenciais que permitem completar os conhecimentos sobre a história e as culturas antigas. Algumas dessas fontes são únicas e o seu desaparecimento representaria uma perda inestimável para as nossas sociedades. Esses sítios merecem uma melhor proteção, conservação, valorização e gestão. Por outro lado, Carvalho (2010) afirma que as áreas patrimoniais que abrigam importantes sítios históricos se traduzem em locais de apreciação e vivência de importantes traços da cultura, tanto para os membros de uma comunidade em geral quanto para os visitantes, além de estimularem ações de preservação dos bens culturais.

Por muito tempo, o turismo foi alvo de críticas por se disseminar pelo mundo de forma não planeada e irresponsável, causando destruição nos lugares em que foi sendo implantado (Alfonso, 2012). Com o rasto visível de vulnerabilidade social e desterritorialização de comunidades⁴ por força de investimentos turísticos economicistas, a comunidade internacional foi ganhando consciência da necessidade de adoptar práticas sustentáveis para a atividade. A declaração de Florença da Unesco sobre a preservação da terra é, a este propósito, elucidativa. Observa-se neste organismo das Nações Unidas uma clara preocupação de salvaguardar o território das comunidades, incentivar o envolvimento e a participação ativa da população local em todas as questões que afectam as suas territorialidades, com o intuito de melhorar as suas condições de vida, mediante a partilha de oportunidades e de objetivos.

Tanto o património cultural em geral, como o património arqueológico em particular, têm um potencial suficiente para poder atrair um maior fluxo de visitantes, através de uma correcta gestão e planificação dos recursos, tendo sempre em conta a capacidade de carga dos mesmos, a fim de evitar a deterioração dos recursos devido a um número excessivo de visitantes (Leira *et alia*, 2014). Ao promover a divulgação do património, sua identificação, valorização e reconhecimento, a actividade turística ajuda a consciencializar os autóctones e os visitantes para a necessidade de sua preservação (Alfonso, 2012). Nesse diapasão, o autor realça o facto de o turismo necessitar de testemunhos da cultura para a formatação de roteiros e produtos, isso é, para a configuração de um produto competitivo no mercado de consumo, subordinado a um vínculo estreito entre o património cultural, turismo e arqueologia.

Considerando que o arqueoturismo (ou turismo arqueológico) é a vivência dos turistas em áreas de importância arqueológica com significado espiritual e simbólico para a comunidade local (Carvalho, 2010), pensamos que Angola se apresenta numa posição satisfatória para desenvolver práticas turísticas associadas à observação ou a actividades de escavação parciais, tendo em conta o património arqueológico apresentado neste texto. O enunciado seguinte sobre o complexo arqueológico e rupestre do Ebo, província do Kwanza-Sul, é sintomático do potencial arqueoturístico do país: “[...] à magnificente beleza do meio natural o ser humano adicionou singelas obras que se diluem na paisagem, complementando e tornando ainda mais especial essa paisagem” (Oosterbeek *et alia*, 2012, p. 94). Na opinião de Oosterbeek (2012), a importância do complexo arqueológico do Ebo advém da sua localização, da sua diversidade, da sua quantidade e da sua conservação. Essa combinação de características permite efetivamente aproximações sucessivas às paleo-paisagens,

⁴ Vide o artigo de Fernandes, João Luís (2013), Turismo, precariedade territorial e dinâmicas de desterritorialização, in Craviddão, Fernanda e Santos, Norberto, (orgs.), *Turismo e cultura, destinos e competitividade*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. Ou ainda Krippendorff, Jost (2009), *Sociologia do turismo. Para uma nova compreensão do lazer e das viagens*, 3.ª ed., São Paulo: Aleph.

e permitirá no futuro a construção de um programa de gestão integrada do território, contribuindo com o património cultural para uma melhoria da vida das populações que aí residem.

Para um país com uma atividade turística residual, com oferta pouco consolidada e com bastante elasticidade para gerir a sobrecarga dos destinos, o seu potencial arqueoturístico acaba por estar reforçado, na medida em que tem oportunidade para estruturar e dimensionar a actividade de forma sustentável, con-forme declara Carvalho (2010, p. 59):

“Museus, centros culturais e demais locais de salvaguarda e exposição do património cultural podem ampliar o seu potencial de atractividade ao intensificarem o seu interesse pelos objectos e artefactos resultantes da investigação arqueológica. Exposições museológicas diversificadas que ressaltam a pluriétnicidade e as diferentes representações da cultura local tendem a ampliar o papel do turismo e da arqueologia na preservação do património, ao mesmo tempo que reforçam o direito à memória e a cidadania cultural”

A agenda 2011-2020 para o desenvolvimento do turismo de Angola perspectiva o desenvolvimento de acções para alcançar, num horizonte de 10 anos, uma cifra anual de 4,6 milhões de turistas, mais de 1 milhão de postos de trabalho e uma receita anual de 4700 milhões de dólares americanos, representando 3,21 % do PIB nacional. Dados atuais dão conta de um total de 650 000 entradas de visitantes, 173 478 postos de trabalho gerados pela atividade e uma participação no PIB abaixo de 1 % (Minhotur⁵, 2014).⁶

Entradas de visitantes em Angola				
2002	2007	2010	2013	2020 ⁶
91 000	195 000	425 000	650 000	4 600 000

Figura 005 – Quadro da evolução da entrada de visitantes em Angola após o fim do conflito armado.



Figura 006 – Foto do Delta do Okavango (Francisco, Amaro, 2013).



Figura 007 – Foto do Rio Kwanza-Dondo (Castro, Bumba, 2013).

⁵ Ministério da Hotelaria e Turismo de Angola.

⁶ Objectivo definido na agenda 2011 – 2020.

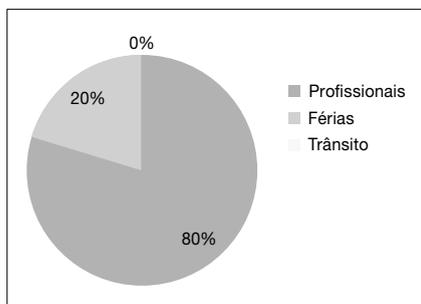


Figura 008 – Gráfico de Motivações de viagens em Angola (Minhotur, 2014).

O movimento turístico apresentado assenta fundamentalmente nas viagens por motivos profissionais. Movido pela necessidade de diversificação de produtos turísticos consentâneos com a sua grandeza e diversidade, o Executivo angolano, através do Ministério da Hotelaria e Turismo, tem elaborado um plano estratégico de desenvolvimento do turismo nacional assente em três tipologias estratégicas: Cultura, Natureza e Sol e Mar (Minhotur, 2013). No caso do turismo cultural, onde se destaca o produto turístico “Rota de Escravos”, que poderia ser mais evidenciado pelas pesquisas arqueológicas, há toda uma neces-

sidade de considerar outras valências culturais do país e potenciar um alinhamento com o Ministério da Cultura, perspetivando a inscrição dos bens culturais a Património Mundial da Unesco, mas também estreitar a articulação com o Ministério do Ambiente para a gestão do turismo Natureza, tendo em conta o potencial da *geo* e da biodiversidade do país. Portanto, o país tem todas as condições materiais para desenvolver de forma saudável o arqueoturismo. Um maior envolvimento da população universitária do país em atividades desta natureza resultaria benéfica para a educação e para a interpretação patrimonial dos sítios arqueológicos, ao mesmo tempo que impulsionaria a emergência de um mercado interno virado para um turismo mais erudito, susceptível de contribuir para o enriquecimento da história do país, sua apreensão, o consumo pelos seus cidadãos e a diversificação da economia angolana, neste momento particular em que se regista a queda do preço do petróleo⁷ no mercado internacional.

Conclusão

Os saberes e conhecimentos proporcionados pela arqueologia constituem um importante instrumento de reforço da identidade das coletividades e de construção saudável da alteridade. Para além de ajudar a desmistificar discursos enviesados e carregados de juízos de valores, a arqueologia é uma ciência que permite dar sentido ao estado das coisas actuais e apresentar constantes desafios para o futuro. O conhecimento, o respeito e a consideração pelos feitos alheios que, em última análise, nos dá a perceção da contribuição de cada região na edificação da paisagem cultural da humanidade, representam um estímulo significativo para compreensão mútua, convivência na diferença e para a paz entre os povos. O continente africano, devido à herança do passado recente, tem experimentado dificuldades na gestão do seu património cultural, nomeadamente o património arqueológico, guiando-se ainda de forma excessiva pelos ditames alheios para com os contextos que lhe são próprios e constituem a sua razão de existência. Enquanto continente que testemunha as ocupações humanas mais antigas na terra, África representa um potencial enorme para o desenvolvimento da arqueologia, uma ciência que tem permitido resgatar a sua história e ajudado a construir um discurso proporcional ao seu contributo na edificação das sociedades modernas e nos progressivos estágios civilizacionais.

⁷ O petróleo constituiu a principal fonte de receitas para a economia angolana com mais de 50% no Orçamento Geral do Estado.

As conquistas arqueológicas alcançadas, um pouco por todo o mundo, são muitas vezes difundidas e conhecidas, em detalhe, pela atividade turística. Neste sentido, um planeamento equilibrado desta atividade assente na valorização e divulgação dos sítios arqueológicos deve representar uma importante ajuda para a sua gestão e conservação, além de proporcionar às comunidades ganhos económicos e sociais. Assim, o arqueoturismo deverá ser um produto a potenciar no continente e particularmente em Angola, onde as inúmeras estações de artes rupestres, os achados arqueológicos diversos relacionados com material lítico e a sua condição, no passado, de importante fornecedor de escravos para as Américas, proporcionam ao país ingredientes suficientes para estabelecer uma simbiose profícua entre o turismo e a arqueologia.

Referências bibliográficas

- Alfonso, Louise (2012), *Arqueologia e turismo. Sustentabilidade e inclusão social, Tese de doutoramento*, São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Arazi, Noemie (2011), *Safeguarding archaeological cultural resources in Africa – Policies, Methods and Issues of (Non) Compliance*, *Africa Archaeology Review*, n.º 28, pp. 27-38. Disponível em: <http://link.springer.com/article/10.10072Fs10437-011-9090-8#/page-1>, acesso em: 27/04/2015.
- Campos, Nelson (2013), *Das potencialidades arqueológicas da bacia do Curoca/Deserto do Namibe para um estudo diacrónico desde a pré-história africana ao período colonial – algumas notas*. *Africana Studia*, n.º 20, pp. 31-53.
- Carbone, Fabio; Oosterbeek, Luiz e Costa, Carlos (2013), *Paideia approach for heritage management. The tourist enhancement of archaeological heritage on behalf of local communities*.
- Pasos, n.º 2, pp. 285-295. Disponível em: http://www.pasoonline.org/Publicados/11213/PS013_02.pdf, acesso em: 27/04/2015.
- Carvalho, Karoliny (2010), *Turismo cultural e arqueologia nos espaços urbanos: caminhos para a preservação do património cultural*, *Turismo & Sociedade*, n.º 1, pp. 51-67. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/turismo/article/viewFile/17341/11405>, acesso em: 27/04/2015.
- Corrêa, Alexandre (2009), *O saber patrimonial e a arqueologia de Michel Foucault: princípios metodológicos de uma análise crítica e política dos conceitos*, *Pasos*, n.º 1, pp. 115-125. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/881/88111633009.pdf>, acesso em: 24/04/2015.
- Costa, Manuel (2012), *Arqueologia moderna da modernidade*, *Kriterion*, n.º 125, pp. 119-148. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0100-512X2012000100007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt, acesso em: 27/04/2015.
- Domingos, Sónia (2015), O sítio arqueológico do Benfica I, Cabo Lombo: Estudo etno-arqueológico, in *Actas do III encontro internacional de história de Angola*, Luanda: Arquivo Nacional de Angola.
- Domingos, Ziva (2012), A arte rupestre do Sudoeste de África: desafios e perspectivas, in Oosterbeek, Luiz; Martins, Cristina e Domingos, Ziva, (orgs.), *Ebo e arte rupestre do sudoeste de África*, Tomar: Arkeos.
- _____ (2013), *Preservação e valorização do património arqueológico no contexto nacional e mundial: Caso do sítio de M'banza Kongo (Candidato a Património da Humanidade)*, *Tecnologia e Ambiente*, n.º 1, pp. 262-275.
- Encarnação, Jorge (1995), *Arqueologia: investigação e património*, *Casa de Sarmento*, n.º 105, pp. 45-57.
- Fernandes, João Luís (2013), Turismo, precariedade territorial e dinâmicas de desterritorialização, in Cravidão, Fernanda e Santos, Norberto, (orgs.), *Turismo e cultura, destinos e competitividade*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Guerrero, Luis; Correia, Mariana e Guillaud, Hubert (2012), *Conservación del patrimonio construído con tierra en iberoamerica*, *Apuntes*, n.º 2, pp. 210-225.
- Gutierrez, Manuel (2009), *Arte rupestre em Angola. Província do Namibe*, Saint-Maur-des-Fossés: Serpia.

- _____ (2015), A história comprida de Angola a partir das fontes arqueológicas, in *Actas do III encontro internacional de história de Angola*, Luanda: Arquivo Nacional de Angola.
- Imalwa, Emma (2012), Developments of archaeological heritage management in Southern Africa: a look at heritage legislation during the colonial and post-colonial periods, in Oosterbeek, Luiz; Martins, Cristina e Domingos, Ziva, (orgs.), *Ebo e arte rupestre do sudoeste de África*, Tomar: Arkeos.
- Jorge, Vítor (1990), *Arqueologia e história: algumas reflexões prévias*, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, pp. 367-372.
- Krippendorf, Jost (2009), *Sociologia do turismo. Para uma nova compreensão do lazer e das viagens*, 3.^a ed, São Paulo: Aleph.
- Lane, Paul (2011), Possibilities for a postcolonial archaeological in sub-Saharan Africa: indigenous and usable pasts, *Revista World Archaeology*, n.º 1, páp. 7-25. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00438243.2011.544886>, acesso em: 24/04/2015.
- Ministério da Hotelaria e Turismo (2013), *Plano Director do Turismo de Angola*. Luanda: PM Media.
- _____ (2014), *Boletim estatístico do mercado hoteleiro e turístico de Angola do ano 2013*, Luanda: Edições de Angola.
- Morais, João (1984), *Mozambican archaeology: past and present*, *the African archaeological review*, n.º 2, pp. 113-128.
- Oosterbeek, Luiz (2012), Ebo: arte rupestre e antropização de um território, in Oosterbeek, Luiz; Martins, Cristina e Domingos, Ziva (orgs.), *Ebo e arte rupestre do sudoeste de África*, Tomar: Arkeos.
- Oosterbeek, Luiz e Martins, Cristina (2012), Ebo (Kwanza-Sul, Angola)-Arte Rupestre, Arqueologia, Património e Desenvolvimento-Campanha 2012, in Oosterbeek, Luiz; Martins, Cristina e Domingos, Ziva, (orgs.), *Ebo e arte rupestre do sudoeste de África*, Tomar: Arkeos.
- Symanski, Luís e Gomes, Flávio (2012), *Arqueologia da escravidão em fazendas jesuítas. Primeiras notícias de pesquisa*, *História, Ciências e Saúde*, pp. 309-317.
- Unesco (2012), *Florence declaration on landscape*, Florença: Unesco.
- Zoreda, Luis (2009), *Edificio Histórico e Arqueología: un compromiso entre exigencias, responsabilidad e formación*, *Arqueología de la arquitectura*, pp. 11-19. Disponível em: <http://digital.csic.es/bitstream/10261/20792/1/96.pdf>; acesso em: 27/04/2015.